



TRANSVASES DO RIO SÃO FRANCISCO: RISCOS SOCIAIS PARA OS MORADORES DA VILA
JUNCO EM CABROBÓ (PE) - BRASIL*

TRANSFERS FROM THE SÃO FRANCISCO RIVER: SOCIAL RISKS FOR RESIDENTS OF
JUNCO VILLAGE IN CABROBÓ (PE) - BRAZIL

André Tomé de Assis

Instituto de Geociências/Universidade Federal de Minas Gerais
andretomeformiga@yahoo.com.br

Luciano Lourenço

Departamento de Geografia e CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
luciano@uc.pt

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

Instituto de Geociências/Universidade Federal de Minas Gerais
ubaldini1@uol.com

RESUMO

Os transvases do rio São Francisco correspondem a um conjunto de obras, sob a responsabilidade do Ministério da Integração do Brasil. A sua inauguração está prevista para este ano de 2015, com o objetivo de diminuir os problemas da seca na região nordeste do país. Durante a realização das obras, as populações rurais tiveram de ser realocadas e foram submetidos a uma série de riscos sociais que merecem ser analisados, usando como metodologia a história oral, a qual permitiu a sua recolha e apresentação.

Palavras-chave: Transvases, rio São Francisco, riscos.

ABSTRACT

The transfers of the São Francisco river are a series of works under the responsibility of the Ministry of Integration of Brazil, scheduled for inauguration in 2015, which aims to reduce the drought problems in in the Northeast region of the country. During the course of the works, rural people had to be relocated and were subjected to a series of social risks which require further analysis. Through the methodology risks and oral history, they could be described.

Keywords: Transposition, São Francisco River, Risks.

RESUMEN

Trasvases del río San Francisco: RLos riesgos sociales para los residentes de la aldeapueblo Junco, Cabrobó (PE) - Brasil - Los desvíos del río San Francisco , hayson una serie de obras, bajo la responsabilidad del Ministerio de Integración Brasil. Su apertura está prevista para, que abrirá sus puertas eneste el año de 2015, que y tiene por objeto reducir los problemas de la sequía en la región noreste del país. Durante la ejecución de las obras, la población rural tuvoieron que ser reubicados y se sometióeron a una serie de riesgos sociales que requieren un mayor estudio, . A través de los riesgos y utilizando la historia oral comola metodología de la historia oral, podrían ser descritos lo que permitió su recopilación y presentación.

Palabras clave: Transvases, río San Francisco, riesgos.

RÉSUMÉ

Détournements Transposition d'eau de la rivière São Francisco: Les risques sociaux pour les résidents du village Junco, Cabrobó (PE) - Brésil - Les détournements d'eau de la rivière São Francisco sont un ensemble certain nombre de travaux, sous la responsabilité du ministère de l'Intégration du Brésil, avec l'ouverture prévue pour l'ouverture est prévue en 2015, qui vise à réduire les problèmes de sécheresse dans la région nord- est Brésil. Pendant l'exécution des travaux, les populations rurales ont dû être déplacés et ont été soumis à une série de risques sociaux qui nécessitent une étude plus approfondie. Grâce aux risques de la méthodologie "riscos" et "de l'histoire orale", ils pourraient être décrites.

Mots-clé: Transposition, rivière São Francisco, risques.

* O texto deste artigo corresponde a uma comunicação apresentada no III Congresso Internacional, I Simpósio Ibero-Americano e VIII Encontro Nacional de Riscos, tendo sido submetido em 04-03-2015, sujeito a revisão por pares a 30-04-2015 e aceite para publicação em 27-07-2015.

Este artigo é parte integrante da Revista *Territorium*, n.º 22, 2015, © Riscos, ISSN: 0872-8941.

Introdução

O rio São Francisco é o maior rio totalmente brasileiro. Ao longo do seu curso foram realizados diversos empreendimentos, desde construção de usinas hidrelétricas a grandes projetos de irrigação. Muitas vezes, esses empreendimentos que estão interligados, transformaram e continuam transformando a realidade do rio, dos ribeirinhos, de pequenas e grandes cidades. Alguns destes projetos envolvem questões de magnitude nacional, num país que tem um tamanho continental.

O rio São Francisco nasce no centro-oeste de Minas Gerais, atravessa o Estado da Bahia, fazendo sua divisa ao norte com Pernambuco, constitui a divisa natural de Sergipe e Alagoas, e, por fim tem sua foz no oceano Atlântico. Nasce numa região de clima tropical, com grande quantidade de chuvas e passa pelo sertão nordestino, onde a realidade da seca está bem presente.

O “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional” é um grande empreendimento sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional do Brasil. A obra tem a sua inauguração prevista para 2015, com o objetivo de assegurar a oferta de água em 2025, aos habitantes de municípios do Agreste e do Sertão, dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (MINA, 2013).

Este projeto de integração de bacias também pode ser chamado de transvase, ou como é conhecido popularmente no Brasil, transposição do rio São Francisco. Uma série de obras, tais como canais artificiais e construção de reservatórios, ocuparam terras de pequenos agricultores rurais. Ao longo de um canal artificial, foi construída, pelo gestor da obra, uma primeira vila para receber tais realocados, chamada de Vila Junco. Os moradores reclamam que foram submetidos a uma série de riscos sociais e que se sentem prejudicados pelas obras, pois sofrem uma série de carências que merecem ser observadas. Assim através da teoria de riscos e da metodologia da percepção e da história oral, da observação e análise do território, é possível identificar uma série de riscos, designadamente os sociais. Este artigo está estruturado apresentando a metodologia empregada (com uma discussão teórica), uma descrição do lugar estudado, a discussão dos dados colhidos e a conclusão.

Metodologia

No âmbito da tese de doutorado em Geografia, em desenvolvimento na Universidade Federal de Minas Gerais, foram levantadas diversas questões envolvendo diretamente os atingidos pela transposição do rio São Francisco, no município de Cabrobó, em Pernambuco.

Foram entrevistados de forma aprofundada doze agricultores familiares, com a metodologia história oral. Outras entrevistas semi-estruturadas deram suporte as falas que serão discutidas ao longo do artigo. A história oral pode ser entendida como método e procedimento metodológico. É importante descrever como o procedimento foi realizado, mas antes disto, é interessante fazer uma revisão da literatura usada para compreender a metodologia histórica oral e a teoria e metodologia dos riscos.

Se tratando de transposições de rios, foi possível identificar que a obra de transposição não possui precedentes no Brasil da mesma magnitude. O Ministério da Integração Nacional indicou dentre outras obras semelhantes em nível mundial, os transvases do rio Tejo na Península Ibérica, no continente europeu. Em busca de aprofundar o conhecimento sobre os transvases, realizou-se um doutorado sanduíche na Universidade de Coimbra, em Portugal, onde, entre outros aspetos, se estabeleceu uma revisão teórica e metodológica. Em destaque, foi conhecida a teoria de Riscos Sociais, o que colaborou muito para a compreensão dos factos estudados no Brasil, relacionados aos transvases.

Foi entendido que a teoria se aplica claramente aos riscos sociais que os moradores da Vila Junco foram submetidos nos transvases do rio São Francisco. Em trabalho apresentado, em novembro de 2014, ao III Congresso Internacional, I Simpósio Ibero-Americano e VIII Encontro Nacional de Riscos, que decorreu em Guimarães, Portugal, foi-se discutido que a teoria dos riscos se aplica a realidade de Cabrobó (Assis *et al.*, 2014).

Segundo Lourenço (2007), os riscos são hoje cada vez mais transversais à sociedade contemporânea e podem ser: naturais, quando o fenómeno que produz os danos tem a sua origem na natureza; antrópicos, aqueles em que o fenómeno causador tem origem em ações humanas; ou mistos, onde concorrem condições naturais e antrópicas. De entre os riscos naturais contam-se os hidrológicos, ligados às secas, bem como às inundações e alagamentos, que são tecnicamente distintos e que também não devem ser confundidos com cheia, outro risco hidrológico que, por vezes, dá origem a inundações fluviais.

Numa abordagem fenomenológica, através do método percepção e história oral, foi-se usando o conceito de risco social. “*Por sua vez, os riscos sociais, que constituem o segundo grupo dentro dos antrópicos, normalmente estão associados à incapacidade do homem em conviver em harmonia com seu semelhante, dentro dos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade [...]*” (Lourenço, 2007, p. 109).

Segundo Lourenço (2003 e 2014), numa trindade conceitual, pode se inferir sobre riscos através duma

tricotomia hierarquizada de três conceitos base: risco, perigo, crise. A análise dos riscos e a gestão de crises tem ganhado importância crescente, com o objetivo de dar respostas imediatas e eficazes a desastres, calamidades. A noção de risco pode estar ligada ao perigo que se corre. “*O ser humano é, pois, o protagonista central na definição dos perigos, mesmo naturais, pois é através de sua localização, das suas ações e percepções que um fenômeno natural se torna ou não perigoso*” (Lourenço, 2003, p. 90). Na crise, que corresponde a uma situação anormal, acontece a manifestação plena do risco.

Nesta perspectiva, a gestão do risco, numa ideia de prevenção, implica numa análise minuciosa de diversos aspectos dado que “*O objetivo da gestão dos riscos e das crises é, numa palavra, a redução das vulnerabilidades*” (Lourenço, 2003, p. 99).

A seca no nordeste do Brasil passou a oferecer riscos de sobrevivência para a população de diversos lugares da região. Intervenções inadequadas ou falta de ações para prevenir ou minimizar o problema da seca, agravaram a situação para um grupo de desprivilegiados economicamente, levando-os ao perigo eminente de problemas sérios, como a fome, a expulsão do lugar e até mesmo de morte. Situações de coronelismo, latifúndios, exploração política do problema da seca; além do problema natural da irregularidade da distribuição da água no nordeste, etc; instalaram uma verdadeira crise.

Instalada a crise, dizendo que há uma tentativa de gestão da mesma, aparece a obra da transposição do rio São Francisco, proposta pelo Ministério da Integração. As ações, junto às percepções da questão como um todo, colocam o ser humano como protagonista da gestão e da vivência do problema, havendo a necessidade de interlocução de quem gere a obra e de quem vivência o problema da seca, exigindo uma análise minuciosa de diversos e complexos aspectos do problema, na busca da redução da vulnerabilidade dos diretamente atingidos. Aspectos estes, que chamam para as discussões: a academia, os movimentos sociais, as diversas esferas de poder, as empresas responsáveis pelas tecnologias e engenharias envolvendo as obras de infraestrutura, etc; mas antes de tudo e, sobretudo, a população que sofre diretamente com a seca.

Neste sentido, entende-se que a obra da transposição possui uma série de problemas na sua gestão e na sua perspectiva de pós-obra. Os pequenos agricultores se sentiram coagidos pelo governo federal a aceitarem a obra em suas terras. Perdendo o lugar onde viviam, foram agrupados de forma constrangedora e repentina numa vila que possui aspectos de um território urbano e não rural. Apesar de receberem uma verba mensal compensatória, os moradores não se sentem realizados, pois tinham um modo de viver ligados a produção pela agricultura familiar. Vivendo com muito tempo ocioso

e sem possibilidade de trabalho, passam a vivenciar riscos sociais. Num ritmo de convivência, num território urbanizado, famílias foram separadas e outras agrupadas.

Buscando entender os fatos, dentro da fenomenologia, os caminhos utilizados para se compreender uma realidade podem ser múltiplos ou complementares. Procurou-se dar luz a voz dos diretamente atingidos pelas obras da transposição, residentes na vila Junco. O pesquisador deve ir à busca da realidade local, investigar o que não é mostrado em documentos oficiais e registrar e discutir a voz da quem não é escutado. “*O historiador de política da classe operária pode justapor as afirmações do governo ou dos dirigentes do sindicato e a voz das pessoas do povo - sejam elas apáticas ou militantes*” (Thompson, 1992, p. 25). Foram citados, referenciados e colocados em debate com a voz da população, além de uma revisão bibliográfica nos documentos oficiais disponibilizados pelos gestores da obra, um questionário respondido pelo Ministério da Integração Nacional; junto às percepções alcançadas pelo autor, referentes a visitas guiadas e não guiadas pelos gestores, no campo das obras de transposição em Cabrobó, e em obras secundárias ao longo da bacia do rio São Francisco e das bacias receptoras no nordeste do Brasil.

A história oral oferece valor aos depoimentos das pessoas simples, da classe operária, procura perceber como as pessoas pobres vivem quando não há assistência social. Uma vez que os documentos oficiais propiciam o que o governo ou os estudos técnicos acreditam, a história oral reflete a voz dos diretamente atingidos. “[...] *As testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre classes subalternas [...]. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social como um todo*” (Thompson, 1992, p.26).

A mudança de enfoque pode ajudar a esclarecer fatos e dúvidas de grandes projetos, pelo que um historiador ou um pesquisador experiente, terá facilidade na aplicação desta técnica. “*Além disto, especialmente se o projeto enfocar as raízes históricas de alguma preocupação contemporânea, demonstrará muito bem a importância do estudo histórico para o meio ambiente*” (Thompson, 1992, p. 29).

Quando se colhe a voz da voz da população, se colhe memória, se colhe percepção. Segundo Tuan (1980) apesar de todos vivermos na mesma superfície, cada pessoa percebe o mundo segundo sua cultura. Como os seres humanos possuem órgãos naturais iguais, é possível que possamos enxergar o mundo, com algum esforço, pela forma que o outro vê. “*Mas com boa vontade uma pessoa poderá entrar no mundo de outra, apesar das diferenças de idade, temperamento e cultura.*” (Tuan, 1980, p.7).

Neste sentido, a teoria de riscos, a história oral e a percepção se completam como método de análise. Na

Geografia usamos as categorias geográficas para fazer entendimento dos espaços. Pensando-se em Lugar, os agricultores familiares conheciam e tinham seus espaços de vivência constituídos e foram levados de forma brusca para um território construído pelo gestor da obra da transposição, propositadamente para recebê-los, mas sem ter cuidado os aspectos da sua vivência rural.

Lugar, espaço de vivência, que pode gerar sentimento de amor e apego a determinado espaço, a que pode se dar o nome de topofilia (Tuan, 1980). Por oposição, topocídio será a aniquilação deliberada do lugar. Por sua vez, toporeabilitação corresponde à tentativa de reconstrução do lugar (Amorin Filho, 1999). Deste modo, o território, entende-se como um espaço delimitado por núcleos de poder e a territorialidade por vivência em determinado espaço. Em contraponto, a desterritorialização significa a perda do território e reterritorialização a tentativa de se constituir um novo território (Hasbaert, 2014).

Refletindo sobre estes conceitos, categorias e métodos, podemos, então, analisar a realidade dos transvases, refletidos na realidade da Vila Junco.

A vila Junco

O Projeto de Integração do Rio São Francisco abarca a bacia do rio São Francisco atual e as bacias receptoras das águas da transposição (fig. 1) e é dividido em dois grandes eixos: Norte e Leste. O município de Cabrobó, no Estado de Pernambuco, é onde se fará a primeira captação das águas para a transposição, e é onde estão localizados os primeiros canais e reservatórios de águas construídos (MINa, 2013).

É interessante perceber que a Vila Junco, no município de Cabrobó, está localizada próxima a um reservatório, às obras do canal de transposição, e a um importante riacho da região, chamado de riacho Grande. Também está próxima da sede do município de Terra Nova e distante da sede do município de Cabrobó (fig. 2). Esta localização é apresentada pelos entrevistados como geradora de alguns problemas, quer para suas atividades de agricultura, quer em termos de necessidades de infraestruturas.

Segundo um morador da Vila, tudo começou quando eles foram abordados nos seus antigos lugares de vivência por um pessoal que trazia uma espécie de questionário. O Ministério da Integração Nacional afirmou no Programa de Reassentamento de Populações (MINc, 2004, p. 4 e 8), que o cadastro fundiário e a pesquisa socioeconômica, realizados na atual fase de projeto básico ambiental, indicaram quem seriam os afetados pelo projeto, parcial ou totalmente: 1 889 propriedades rurais, a serem desapropriadas; 845 famílias, das quais 273 famílias eram proprietárias e 572 famílias não proprietárias, sendo 43 residentes em Cabrobó (QUADRO I).



Fig. 1 - Projeção do rio São Francisco após a conexão das bacias doadora e receptoras (Fonte: MINb, 2004, p. 5).

Fig. 1 - Projection of the São Francisco River after the connection of the donor and receiving basins (Source: MINb, 2004, p. 5).

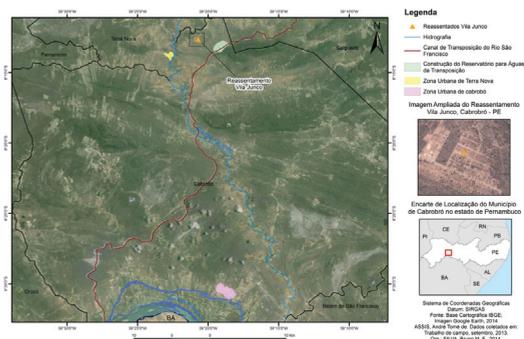


Fig. 2 - Localização da Vila Junco, Cabrobó, Pernambuco, Brasil (Fonte: Google Earth (2014)).

Fig. 2 - Location of Villa Junco, Cabrobó, Pernambuco, Brazil (Source: Google Earth (2014)).

Um morador explicou que o Ministério da Integração Nacional promoveu uma reunião com algumas pessoas e, depois, foi-se formando uma associação para representar a comunidade. Neste momento, a comunidade foi informada de que nas terras onde os moradores da Vila Junco residiam irá ser implantado um reservatório de água da transposição. Assim, as pessoas foram obrigadas a deixar o lugar onde viviam e a deslocarem-se para a

QUADRO I - Propriedades e famílias afetadas pela transposição do rio São Francisco.

TABLE I - Properties and families affected by the transposition of the São Francisco River.

Município/Estado	Propriedades Afetadas	Famílias Residentes na Área Desapropriada		
		Proprietários	Não Proprietários	Total
Cabrobó, PE	201	8	35	43
Salgueiro, PE	268	57	97	154
Verdejante, PE	23	6	1	7
Total Pernambuco	492	71	133	204
Penaforte, CE	71	7	28	35
Jati, CE	37	7	26	33'
Brejo Santo, CE	60	15	69	84
Mauriti, CE	130	8	71	79
Total Ceará	298	37	194	231
S. J. de Piranhas, PB	295	84	176	260
Cajazeiras, PB	47	10	15	25
Total Paraíba	342	94	191	285
TOTAL EIXO NORTE	1.132	202	518	720
Floresta, PE	142	5	7	12
Custódia, PE	179	9	5	14
Sertânia, PE	334	49	34	83
Total Pernambuco	655	63	46	109
Monteiro, PB	102	8	8	16
Total Paraíba	102	8	8	16
TOTAL EIXO NORTE	757	71	54	125
TOTAL DO PROJETO	1.889	273	572	845

Fonte: MINc (2004, p. 8). Source: MINc (2004, p. 8).

recém-construída Vila Junco. O entrevistado explicou que eles resistiram o máximo que puderam, mas não tinham opção. Ora, os primeiros contatos aconteceram entre 2008 e 2009 e, depois, em 2010, os agricultores foram realocados.

Segundo o morador não houve diálogo com toda a comunidade. Já o Ministério da Integração Nacional (MINc, 2015), informou que realizou audiências públicas no município vizinho a Cabrobó, Salgueiro. Realizou divulgação destas audiências em rádios locais, e em faixas espalhadas em Cabrobó, etc. Também afirmou que mantém diversos canais aberto de diálogo com as comunidades diretamente atingidas, desde os sistemas de ouvidoria on-line até serviços locais de assistência social, informativa e de recebimento de informações e denúncias.

O que se percebe em campo, é que houve uma transformação na vida dessas pessoas de forma instantânea, uma mudança radical no estilo de vida, do rural para o urbano, e de forma muito rápida, alterando as suas condições de relação social.

A própria distribuição espacial das famílias ao longo da vila, pode ser demonstrada como exemplo de impacto social negativo, agravado por descuidos na gestão do reassentamento. Isto pode ser ilustrado com o acontecimento que a seguir será descrito. Como apresentou o Jornal Diário de Pernambuco (2009), no

momento da inauguração da Vila Junco, estavam presentes o presidente Lula e o deputado federal Ciro Gomes (fot. 1). A ministra da Casa Civil do momento, Dilma Rousseff, tinha deixado a comitiva, momentaneamente, para participar de uma solenidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Fortaleza, CE. Essas grandes obras do chamado (PAC), foram uma marca do governo do então presidente Luis Inácio Lula da Silva e continuam sendo no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Ainda na fot. 1, é possível ver o político Eduardo Campos, que foi candidato à presidência da república no Brasil em 2014 e foi governador do Estado de Pernambuco durante a realização das obras dos transvases. Isto tudo, também mostra a importância política da obra da transposição.

Como costuma fazer em diversas solenidades, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu mais uma vez quebrar o protocolo na visita à Vila Produtiva Rural Junco, em Cabrobó. Depois de conhecer as casas e a escola comunitária, construídas para moradores que tiveram que ser deslocados por causa das obras de transposição do rio São Francisco, o presidente deveria sortear apenas três casas. No entanto, depois de sortear as casas de números 21, 33 e 7, Lula tomou as rédeas do evento e decidiu substituir os discursos que estavam programados pelo sorteio de todas as 55 casas, que estão em fase de construção e deverão ser habitadas a partir de dezembro (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2009).



Fot. 1 - O Presidente Lula durante cerimônia de inauguração da Vila Produtiva Rural Junco, em Cabrobó, PE, em 16 out. 2009 (Fonte: Stuckert, 2014).

Photo. 1 - President Lula during the opening ceremony of the Rural Productive Village Junco in Cabrobó, PE, 16 October 2009 (Source: Stuckert, 2014).

Como narrado a seguir por um entrevistado, teve morador que ao pegar as chaves da mão do presidente, agarrou qualquer uma, não observando, nem se lembrando do desejo de morar próximo do seu parente. Ele explicou que até teve moradores que depois trocaram entre si, mas outros não:

Porque assim, como era na época, o sorteio acontecia somente de três casas, que era feito até pelo ex-presidente Lula, na época quem fazia a promoção das casas, aí o que aconteceu? Teve aquela empolgação de o pessoal querer receber as chaves das mãos do presidente na época, e acabou sendo sorteado tudo, aí foi isso assim, acabou cada um indo para um lugar (Entrevistado X).

Este fato ilustra uma das mudanças na forma social das pessoas se organizarem espacialmente. Eles tinham uma forma de viver muito inserida na questão de família e de ajuda mútua, para a produção na agricultura familiar para a subsistência.

Um entrevistado também ressaltou que os conflitos sociais foram se intensificando, porque não eram acostumados a viverem tão próximos sem ser com as pessoas da própria família, além da ociosidade. Outro entrevistado explicou que hoje acontecem intrigas, brigas entre o pessoal da vila:

Enfim, são pessoas que até hoje não tinham relacionamento, pelo que a maioria ficou intrigado. Moravam sozinhos, ali na sua propriedade, não tinham contato quase com ninguém, somente alguns amigos no final de semana. Agora acontecem intrigas que acabam causando desavenças entre as famílias. Então, a maioria deles hoje estão intrigados, coisa que antigamente eles não eram, eles viviam amigavelmente, mas hoje eles não estão vivendo (Entrevistado D).

O Ministério da Integração Nacional (MINE, 2015), afirmou que os moradores da Vila Junco, optaram pela forma como foi realizada a distribuição das casas e diz que não há distanciamento das casas entre

os parentes. Em relação à infraestrutura da Vila o Ministério afirma que houve melhoras nas condições de moradia, e de que existe infraestrutura de lazer, educação e transporte; e que os índices medidos por órgãos oficiais, indicam que houve melhoras nas condições de vida.

Como pode ser observado na fot. 2, pela imagem da rua principal, com visão para o posto de saúde e uma série de casas, a vila é semelhante a um bairro residencial popular de programas sociais para moradia nos espaços urbanos do restante do Brasil. Os moradores disseram que houve melhoras nas condições de infraestrutura em relação aos lugares que antes eles moravam, mas, levantam uma série de problemas. Como rachaduras nas casas, que não existe assistência médica adequada, que a escola da comunidade não oferece ensino para todas as séries do ensino básico, etc. Sendo assim, eles reclamam de terem sempre que se deslocarem para as cidades vizinhas ou para o centro urbano de Cabrobó, enfrentando as estradas de fluxo intenso das obras da transposição, ou estradas paralelas de baixa qualidade.



Fot. 2 - Rua principal da Vila Junco (Fotografia de Assis, out. 2013).
Photo. 2 - Main street of Vila Junco (Photography of Assis, Oct. 2013).

A agricultura familiar

Segundo os moradores, nos seus antigos lugares de morada, eles plantavam principalmente milho, cenoura, cana, feijão e cebola. Em relação a criação de animais, contam que quase todo morador tinha a criação de animais de pequeno porte como ovelhas e bode. Como já foi demonstrado na fig. 2, eles moravam próximo ao riacho Grande, que era abastecido por um reservatório do município de Terra Nova. Mesmo que às vezes seco, eles buscavam alternativas, como as chamadas cacimbas. Eles perfuravam o leito seco do riacho. Hoje, eles denunciam que as obras de construção do canal, estão assoreando o leito do riacho e dificultando as formas tradicionais que eles tinham de conseguir água. (fot. 3).



Fot. 3 - Aqueduto sobre o riacho Grande. Rejeitos das obras, sob o riacho (Fotografia de Assis, out. 2013).

Photo. 3 - Aqueduct over the Great stream. Waste of works under the creek (Photography of Assis, Oct. 2013).

Atualmente, os moradores dizem que se sentem desprovidos da capacidade de enfrentamento dos seus problemas. Não possuem acesso a terra e a água. Sobrevivem numa espécie de mesada do governo (uma bolsa), um pequeno auxílio financeiro. Mas o que eles esperam, é a terra para produção, como lhes foi prometido.

O Ministério da Integração Nacional (MINC, 2004), no seu Programa de Reassentamento de Populações - PBA 08, afirma que está prevista a entrega de um setor produtivo para cada família reassentada de, no mínimo, cinco hectares, sendo irrigado e destinado a produção agropecuária, de modo a que respeite a vocação de trabalho da comunidade.

O Ministério da Integração Nacional (MINE, 2015), também informou que procura dar assistência aos moradores, que os lotes com suas devidas infraestruturas serão entregues e que o governo Estadual ficará responsável por distribuir as águas transpostas; além disto afirmou que já existem programas sendo desenvolvidos pelo Ministério para que a água chegue até os diretamente atingidos em Cabrobó. Em relação ao riacho Grande, diz que não recebeu denúncias de irregularidades causadas pelas empresas prestadoras de serviço. Afirma que as empresas são fiscalizadas e são consideradas empresas de alta qualidade e com experiência em obras de grande porte.

Mas um morador salientou que tem receios em relação a demora da entrega do lote produtivo e das formas como se vai trabalhar a agricultura. Como exemplificado no depoimento a seguir, a nova forma de produção proposta pelo Ministério seria “industrializada”, com novas formas de plantio e lida com a terra. Eles não veem problema em se trabalhar desta forma, só dizem possuir receio de não ter como comprar instrumentos mecanizados caros e não possuírem capacidade técnica para lidarem

com os instrumentos: [...] aqui, a forma que a gente vai trabalhar, pelo o que a gente pode entender [...], será de forma mais mecanizada, uma forma mais industrializada [...] (Entrevistado X). O morador da Vila concluiu: [...] Lá não tem mais como voltar. Lá só tem buraco, não tem mais como trabalhar. (Entrevistado X). Ele diz fica na expectativa de que as promessas feitas pelo Ministério da Integração se cumpram, pois o lugar que eles moravam foi completamente alterado pelas obras da transposição (fot. 4).



Fot. 4 - Canal da Transposição e campo de obras em Cabrobó (PE) (Fotografia de Assis, out. 2013).

Photo. 4 - Aqueduct over the Great stream. Waste of works under the creek (Photography of Assis, Oct. 2013).

A cultura religiosa: a Pedra da Santa

Segundo um entrevistado, a construção do canal de transposição do rio São Francisco e suas obras, não modificou apenas física e, ou, economicamente o lugar, mas, acabou interferindo diretamente em questões culturais, religiosas e nos costumes tradicionais da população de Cabrobó; ou seja, foi uma interferência estranha em um lugar especial para eles, um lugar de vivência material e imaterial, num lugar único e insubstituível; pois é carregado de histórias, de sentimentos e de fé. “*Mexeu muito, uma das coisas que a gente reclama é que o espaço que a gente tinha, que foi usado a vida inteira na religião, foi ocupado pelas obras; está na área de segurança da transposição.*” (Entrevistado I).

Ele explicou que logo no início das obras os moradores de Cabrobó solicitaram o seu desvio para preservar um espaço religioso importante para eles, mas, isto não foi respeitado. “*Aí quando eles fizeram a medida deles, ficou dentro da reserva deles, e eles não querem abrir mão da questão, onde começa toda nossa história.*” (Entrevistado I).

O lugar além de marcante na questão religiosa é também um lugar que marca a história de união e da formação de outras comunidades, como a comunidade quilombola Jatobá. “*Onde começa nossa organização*

como comunidade. Foi em torno desta Santa, que é a padroeira Nossa Senhora de Fátima, que a comunidade foi se fortalecendo; no entorno de um altar, ainda tem este altar.” (Entrevistado I).

As celebrações foram momentos de reunião dos quilombolas; estas reuniões foram fundamentais para que eles pudessem se organizar. “É um marco de toda a comunidade, onde o pessoal se reunia pra rezar e dali foram criando a comunidade.” (Entrevistado I). O lugar era um lugar de discussões importantes para a comunidade. “Ouvia a missa e dali conversava sobre as coisas que estavam acontecendo.” (Entrevistado I).

Este lugar foi citado por diversos grupos entrevistados, como lugar de celebração religiosa, lugar onde eram celebradas missas, terços, promessas. “Tem as missões, celebração [...]. As celebrações eram feitas lá, pagamento de promessas. Toda cultura religiosa da comunidade é direcionada a esse local.” (Entrevistado I).

Os entrevistados explicaram que o lugar é especial porque é abençoado por Nossa Senhora de Fátima. Eles explicaram que a imagem de Nossa Senhora de Fátima ainda está lá, mas por ser uma área que está dentro do limite de segurança das obras, que eles não podem mais visitar. “É área de segurança, e na marcação das laterais, engloba essa área religiosa da comunidade.” (Entrevistado B).

Ali estaria um oratório com uma imagem de Nossa Senhora de Fátima. Não é um lugar que tem uma capela grande, é uma pedra, com um oratório em cima, que possui todo um significado. “Eles não respeitam nada, pra eles é uma pedra, ela é tipo uma pedra daquelas ali, só que menor, tem uma casinha, tipo um oratorizinho.” (Entrevistado J).

Segundo a história por eles contada, uma moradora da região, um dia se desencontrou do filho, não o encontrando depois de muito procurar, fez uma promessa a Nossa Senhora de Fátima e rezando o encontrou no determinado lugar. Em agradecimento, no ponto onde encontrou seu filho, construiu um altar em uma pedra. “Hoje chama Pedra da Santa, e como hoje, é um marco histórico”. (Entrevistado D).

Eles disseram que irão continuar reivindicando o lugar, para que os gestores da obra respeitem e possam deixar que o lugar seja preservado. “Não querem dar o braço a torcer, aí já perguntou se a gente abria mão, eu disse que não, nós vamos até a última instância, mas não vamos abrir mão”. (Entrevistado I).

Buscando informações nos documentos oficiais do Ministério da Integração Nacional o que se aproximou um pouco da questão é um programa criado pelo Ministério para se relacionar com a identificação de bens arqueológicos. Não é o caso específico da Pedra da Santa,

mas dá para se ter uma ideia de como o Ministério lida com o patrimônio cultural e religioso dos diretamente atingidos pela transposição. Em relação específica a Pedra da Santa, o Ministério afirmou que não impede nenhum tipo de celebração religiosa, incluindo as celebrações de comunidades tradicionais. Ainda afirmou que possui atividades de educação ambiental e de capacitação para fortalecimento da identidade, territorialização e cultura das comunidades diretamente atingidas.

O Ministério da Integração Nacional (MINd, 2007), no seu Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos - PBA 06, indicou que a preservação do patrimônio cultural e paleontológico encontrado na área a ser atingida pelas obras e atividades do Projeto São Francisco fica a cargo de uma equipe de arqueologia (formada por técnicos, arqueólogos e paleontólogos do Instituto Nacional de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semiárido (INAPAS), responsável pela identificação e pelo salvamento dos sítios arqueológicos encontrados nas regiões diretamente afetadas pelas obras do Projeto), que realizam a identificação, classificação e guarda dos achados arqueológicos. Para isto seria realizado constante trabalho de prospecção e monitoramento nos dois eixos do empreendimento e todas as atividades atenderiam às exigências constantes na Portaria nº 230/2002, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Ministério da Integração Nacional, (MINa, 2013) também afirmou, como pode ser observado na reportagem a seguir, que trabalhou junto com este Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criando um Centro de Referência Cultural e Ambiental (CRCA) do Projeto São Francisco. O espaço abrigaria projetos e exposições de bens arqueológicos, além de vestígios da fauna e da flora encontrados na área do empreendimento. A sede encontra-se no município de Salgueiro, município vizinho à Cabrobó.

Com sede no município de Salgueiro, PE, em função da localização do sítio mais representativo encontrado, o objetivo principal do Centro de Referência é apresentar o Projeto de Integração do Rio São Francisco e sua relevância econômico-social, reunindo e exibindo os patrimônios resgatados representativos da cultura e da paisagem da região. ‘Todos os achados arqueológicos e paleontológicos, toda a cultura da região será valorizada e disseminada neste centro de referência’, garantiu José Machado, assessor especial, responsável pelo projeto no Ministério da Integração Nacional. Segundo Machado, a expectativa é de que o centro também contribua com o debate sobre os benefícios da obra e as relações com o desenvolvimento regional. (MINa, Ministério da Integração Nacional, Sala de Imprensa, 2013, 20 jun. 2013).

Os reassentados consideraram que no caso da “Pedra da Santa”, o monumento já foi perdido, e junto com ele, a cultura religiosa foi desgastada. Quando eles mudaram

para a vila, passaram a realizar suas celebrações dentro de uma escola. “[...] *passou a fazer celebrações na escola, [...] a comunidade recebeu uma doação de um pedaço de terra próximo a escola, aí a gente está construindo aos pouquinhos, já está bem alta.*” (Entrevistado X).

Segundo eles, o Ministério na questão da infraestrutura das vilas produtivas, constrói posto de saúde, escola, etc.; mas, na questão dos templos religiosos, ele oferece apenas o terreno para a construção. A vila por passar a reter uma grande quantidade de moradores da região, também passou a ser um centro de encontro da cultura religiosa regional, utilizando o que eles possuem de infraestrutura, neste caso, a escola.

Um dos principais momentos culturais e religiosos que eram realizados tradicionalmente pelos moradores da vila Junco na sua comunidade de origem, seria a missa anual, realizada no dia 13 de maio; no entanto, em 2013, a missa já não foi realizada. Os moradores dizem que a padroeira da vila agora é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e que eles rezam uma missa mensal, com outra imagem que eles trouxeram para a vila. Em relação a imagem que ficou na Pedra da Santa, eles não sabem dizer o que o Ministério irá fazer.

Eu não sei te informar. Não sei se alguém vai tirar ela de lá, eu sei que foi uma senhora que colocou lá, uma imagem bem grande, que ficou lá. E não sei te dizer se ela vai pegá-la ou se vai deixar ela lá, ou até mesmo se ela já foi pegar, mas ela ficou lá (Entrevistado X).

Segundo o morador da vila, parece que as pessoas já estão se esquecendo de Nossa Senhora de Fátima e rezando mais para Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que é agora, a padroeira da Vila.

Eu acredito que a comunidade acabou por se esquecer. Ao longo do tempo, a comunidade acabou por se esquecer dessa cultura religiosa de lá. Por exemplo, tem Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é a padroeira e a nossa Senhora de Fátima é a que ficou no oratório da Pedra da Santa. Já que aqui não tem, aqui tem é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro como padroeira, já tem até o terço dos homens do apostolado da oração agora [...] (Entrevistado X).

Conclusão

O rio São Francisco passa hoje por uma fragilidade ambiental em toda sua bacia, enfrentando diversos problemas, como por exemplo, a poluição injetada diariamente derivada de grandes cidades do Brasil e ou de grandes projetos agrícolas. Além dos riscos sociais que os ribeirinhos na bacia doadora já vivem, existe receio de que as águas que serão transpostas para as regiões secas do nordeste do Brasil, pelos transvases, possam vir

a ser mais uma realidade da desigualdade social e de prejuízos ambientais no Brasil. Entre a implementação de diversos grandes empreendimentos que geraram soluções e uma série de problemas sociais no Brasil, entre polêmicas, argumentos gerais a favor e contra, estão sendo realizadas as obras da transposição.

Em Cabrobó, ao lado do curso natural do rio, encontram-se obras da transposição. O município se encontra cercado pelas belezas do rio e pelos problemas da seca. Na zona rural de Cabrobó, as obras cortaram os lugares de vivência de agricultores familiares. Alguns destes perderam completamente seus lugares e tiveram de ser reassentados. Esta é sem dúvida, uma população diretamente atingida pela transposição que merece atenção.

O Ministério da Integração Nacional afirma que o projeto de transposição foi bem elaborado e que não irá trazer prejuízos e riscos ao rio à população ribeirinha, transpondo apenas quantidade de água insignificante e ainda justifica a necessidade da obra para diminuir o problema da seca no nordeste.

No entanto, durante a realização das obras da transposição, os agricultores familiares diretamente atingidos, relataram pouca ou nenhuma expectativa positiva em relação a solução dos problemas derivados da seca. Eles relataram que não são contra a transposição e que realmente necessitam de água, mas notam, pela forma como as obras estão realizadas, um desprezo e um descuido com os problemas e as necessidades que eles enfrentam. Como pontos positivos relataram a contratação de mão de obra local e algumas poucas benfeitorias realizadas, como o auxílio na construção de algumas casas para os reassentados. Contudo, relatam uma série de problemas e a necessidade de terem suas vozes escutadas na busca por soluções cabíveis.

Existem expectativas negativas após a concretização das obras, receio de que a população do lugar possa não vir a ter acesso às águas transpostas e ainda possa ser expulsa ou oprimida por outros empreendimentos que possam chegar.

Os agricultores familiares, reassentados da vila Junco, perderam para sempre seus lugares de vivência tradicionais, culturais, religiosos e solicitam compensações por essas perdas, incluindo a necessidade de infra estruturação da vila, com estratégias para que possam vir a ter a possibilidade de voltarem a desenvolver as suas atividades tradicionais ligadas à agricultura familiar.

Com efeito, estes agricultores familiares diretamente atingidos entendem o lugar onde vivem e sabem trazer respostas para diversas questões. Historicamente, incluindo agora as obras da transposição do rio São Francisco, estas populações não foram ouvidas de forma correta, o que acarreta diversos problemas, como ambientais, sociais, econômicos e culturais.

Referências bibliográficas

- Amorin Filho, O. B. (1999). Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In Del Rio, Vicente, Oliveira. (Org.). *Percepção ambiental: A experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: UFSCAR/Studio Nobel, p. 139-152.
- Assis, André Tomé de. (2009). *Transposição do rio Piumhi para o rio São Francisco: registro histórico* (Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, São Paulo.
- Assis, André Tomé de, Tubaldini, Santos, Maria Aparecida dos e Lourenço, Luciano (2014). A transposição do rio São Francisco: Riscos às comunidades diretamente atingidas em Cabrobó (PE)/Brasil. *Multidimensão e Territórios de Risco*. Coimbra, p. 663-666 [s.n.]. ISBN 978-989-96253-3-4 (PDF). DOI: http://dx.doi.org/10.14195/978-989-96253-3-4_116
- CBHSF - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. A bacia. Acesso em: 7 abr. 2013, disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/bacia-hidrografica-do-rio-sao-francisco/caracte_risticas-gerais.
- CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. (1978). São Francisco: O Rio da Unidade Nacional. Brasília, DF, p. 159.
- Haesbaert, Rogério. (2014). Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, setembro de 2014. Acesso em: 19 maio 2014, disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf
- Halbwachs, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.
- Hochberg, E. Julian (1966). *Percepção*. New Jersey: Prencite-Hall Inc, p. 179.
- JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Lula decide sortear cada uma das 55 casas da Vila Rural Junco. 16 out. 2009. Acesso em: 15 jan. 2014, disponível em: <http://diario-pe.jusbrasil.com.br/politica/3937952/lula-decide-sortear-cada-uma-das-55-casas-da-vila-rural-junco>
- Lourenço, Luciano (2003). Análise de riscos e gestão de crises. O exemplo dos incêndios florestais. *Territorium* 10, Coimbra, p. 89-100. Disponível em: http://www.nicif.pt/riscos/Documentos/T_PDF/T10Artigos/T10artigo06.
- Lourenço, Luciano (2007). Riscos naturais, antrópicos e mistos. *Territorium* 14, Coimbra, p. 107-111. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Documentacao/Territorium/T14_artg/T14NNR01.pdf
- Lourenço, Luciano (2014). Risco, perigo e crise. Trilogia de base na definição de um modelo conceptual-operacional. *Realidades e desafios na gestão dos riscos. Diálogo entre ciência e utilizadores*, NICIF/FLUC, Coimbra, p. 61-74. Disponível em: DOI: http://dx.doi.org/10.14195/978-972-8330-23-1_6
- MINA - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (Brasil). O que é o Projeto? Brasília, DF. Acesso em: 19 jun. 2013, disponível em: <http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/o-que-e-o-projeto>
- MINb - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (Brasil). Relatório de Impactos Ambientais - RIMA. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília, DF., jul. 2004. 136 p. Acesso em: 3 abr. 2014, disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ceeff01f-6440-45da-859b-9acd1bfa87cf&groupId=66920
- MINC - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (Brasil). Programa de Reassentamento de Populações - PBA 08. Brasília, DF, 2004. 60 p. Acesso em: 28 jul. 2014, disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/getfile?uuid=71a9c3b5-258e-4e2c-82c9-5842710cd146&groupId=47109
- MIND - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos - PBA 06. Brasília, DF, 2007. 21 p. Acesso em: 28 jul. 2014, disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=332904d7-344f-4227-8377-5bf8b36a0ca3&groupId=47109
- MINE - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Questionário respondido pelo Sistema de Ouvidoria Geral do Ministério da Integração Nacional (2015). SIH - Secretaria de Infraestrutura Hídrica, PISF- Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Questionário enviado em: 23, junho, 2014; recebido em: 03, março, 2015. Mensagem recebida através do e-mail ouvidoria.sistemas@integracao.gov.br
- Thompson, Paul (1992). *A voz do passado. História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, p. 385.
- Stuckert, Ricardo. Foto da inauguração da Vila Junco (2009). Disponível no Jornal Diário de Pernambuco, Pernambuco, Brasil. Acesso em: 15 jan. 2014, disponível em: http://200.181.15.21/exec/inf_fotografia_grande.cfm?foto=16102009P00017
- Tuan, Y. F. Topofilia (1980). *Um estudo da percepção e valores do meio ambiente*. São Paulo, Difel, p. 288.